

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/PGJ/2024

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Capital, na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, inscrito no CNPJ nº 03.464.870/0001-00, neste ato representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**, matrícula funcional nº 800132-4, residente e domiciliada em Campo Grande/MS, denominado Contratante, e do outro lado o **BANCO DO BRASIL S.A.**, inscrito no CNPJ nº 00.000.000/0001-91, com sede na Q Saun Quadra 5 Bloco B Torre I, II, III, S/N, Andar T I SL S101 A S1602 T II SL C101 A C1602 TIII SL N101 A N1602, Bairro Asa Norte, CEP: 70.040-912, em Brasília/DF, neste ato representado por seu Gerente Geral, **Sebastião Vanderlan Borges Soares**, portador da CNH nº 00***976***, expedido pelo Detran/AM, e inscrito no CPF sob o nº ***.766.961-**, denominado Banco, **resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 071/PGJ/2024**, decorrente de contratação direta por dispensa de licitação, de acordo com o disposto no Art. 75, Inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, conforme Decisão de fls. 187-189 e 238, no Processo Administrativo nº 09.2024.00007175-3, de acordo com as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação de vigência** contratual, por mais 12 (doze) meses, em conformidade com o artigo 107; da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

2.1. Pelo presente Instrumento, prorroga-se o **prazo de vigência, por mais 12 (doze) meses, isto é, de 02.01.2026 até 02.01.2027, do Contrato nº 071/PGJ/2024**, cujo objeto é a prestação de:

- a) Serviços de Pagamentos de Salários, Pagamentos de Pensões Judiciais, Pagamentos de Diárias e Pagamentos Diversos por meio do Sistema de Pagamentos a Terceiros mediante crédito em conta - PGT;
- b) Serviços de Pagamentos Eletrônicos a Terceiros e Liquidação Eletrônica de Boletos e Guias por meio de Ordens Bancárias – OBN.

2.2. Por força da prorrogação de que trata o item anterior, fica consignado o pagamento, pelo Contratante ao Banco, do valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

contratos@mpms.mp.br
(67) 3318-2063- (67) 3318-2071

Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Sales, 214
Jardim Veraneio – 79.031-907 – Campo Grande (MS)
(67) 3318-2000 – www.mpms.mp.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por NILZA GOMES DA SILVA em 02/12/2025. Para conferir o original, acesse o site <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>, informe o processo 09.2024.00007175-3 e o código 236C53A.

fls. 607

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SEBASTIAO VANDERLAN BORGES SOARES em 02/12/2025. Para conferir o original, acesse o site <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>, informe o processo 09.2024.00007175-3 e o código 236C53A.

fls. 616

3.1. Este Termo Aditivo entrará em vigência na data de 02.01.2026.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como, à publicação do instrumento, no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Campo Grande/MS, (data da última assinatura digital/eletrônica).

(assinado digitalmente na lateral direita do documento)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva



Documento assinado digitalmente
SEBASTIAO VANDERLAN BORGES SOARES
Data: 02/12/2025 18:29:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BANCO DO BRASIL S.A.
Gerente Geral
Sebastião Vanderlan Borges Soares

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 047/2025/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 277 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, **dá conhecimento** aos interessados da existência de **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2025.00008050-1 – SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Nova Andradina

Campo Grande, 5 de dezembro de 2025.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 071/PGJ/2024**

Processo nº 09.2024.00007175-3

Partes:

- 1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva;
- 2- Banco do Brasil S.A., representado por Sebastião Vanderlan Borges Soares.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 107; da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 02.01.2026 a 02.01.2027.

Data de assinatura: 2 de dezembro de 2025.

Extrato do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº 205/PGJ/2021

Processo nº 09.2022.00012510-4

Partes:

- 1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Romão Avila Milhan Junior;
- 2- Eficácia Projetos e Consultoria Ltda, representada por Fabrício Silva Lima e Fábio José Maciel de Oliveira.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 2/CPL/PGJ/2021

Amparo legal: Cláusula Décima Sexta, item 16.1, alínea “b”, do Instrumento Contratual e artigo 79, II, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Rescisão amigável do Contrato nº 205/PGJ/2021, em decorrência do acordo entre as partes.

Data de assinatura: 5 de dezembro de 2025.

Extrato do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 199/PGJ/2020

Processo nº 09.2023.00000458-2

Partes:

- 1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva;
- 2- Liderança Limpeza e Conservação Ltda., representada por Willian Lopes de Aguiar.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 35/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, § 4º, Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 06.01.2026 a 06.01.2027.

Data de assinatura: 5 de dezembro de 2025.